

## **O Processo de Intervenção Social do Turismo em Comunidades Receptoras: Considerações a Partir de um Ensaio Etnográfico<sup>1</sup>**

Bruno Pereira Bedim – Bacharel em Turismo e Mestrando em Geografia Humana – Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG.<sup>2</sup>

Dr. Heber Eustáquio de Paula – Prof<sup>o</sup> Adjunto II – Universidade Federal de Ouro Preto/ UFOP<sup>3</sup>

### **Resumo**

De caráter etnográfico, este trabalho discute o processo de intervenção social do turismo em comunidades receptoras, tendo em vista as particularidades que permearam a trajetória histórico-social do turismo no povoado de Conceição de Ibitipoca, MG. O artigo demonstra como sua população tradicional se reorganizou a partir da expansão do turismo na região, enfocando a relação visitantes-visitados e a subsequente chegada de novos atores sociais ao lugar. Os resultados revelam que a diferenciação ocorrida na estrutura ocupacional da comunidade e a intensificação dos conflitos entre os antigos moradores “nativos” e os recém-chegados “forasteiros”/turistas alteram significativamente aspectos de sua dinâmica social local, reconfigurando assim as estratégias de reprodução social da população receptora.

**Palavras-chave:** Turismo; Intervenção Social; Comunidades Receptoras.

### **Introdução**

A concepção do turismo enquanto fenômeno social adquire, cada vez mais, espaço nas arenas acadêmicas. Por conseguinte, o estudo sistemático das dimensões sociais que o envolvem têm desencadeado uma série de discussões acerca das transformações socioculturais engendradas pelo turismo em comunidades receptoras, estimulando assim o espírito crítico, a problematização e a teorização em torno de temáticas até então marginalizadas, uma vez que, conforme lembra Krippendorf (2003), o objeto dos estudos turísticos quase sempre esteve centrado no turista e nos interesses da indústria que vive das viagens, sendo que os custos sociais não costumam em levantamentos contábeis dos empreendimentos do setor.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado ao GT 10 “Antropologia, turismo e responsabilidade social: sentidos e significados da diferença” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

<sup>2</sup>Bacharel em Turismo/ UFOP, Mestrando em Geografia Humana pela UFMG e pesquisador vinculado ao Núcleo de Pesquisas Avançadas em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Desde 2004 realiza estudos socioantropológicos sobre os impactos do turismo nas comunidades rurais da Serra de Ibitipoca, MG, tema sobre o qual desenvolve atualmente, como bolsista da Capes, dissertação de mestrado pelo Instituto de Geociências/UFMG, sob a orientação da Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida dos Santos Tubaldini. Áreas de atuação: Turismo e espaço rural; processos sociais no campo; cultura e resistência camponesa. [brunobedim@yahoo.com.br](mailto:brunobedim@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Doutor em Sociologia – Universidade de Brasília/ UnB; Professor Adjunto II da Universidade Federal de Ouro Preto, onde leciona disciplinas como Sociologia do Turismo; Introdução aos Estudos do Lazer; Lazer e Animação Turística. Pesquisador do NUPETUR – Núcleo de Pesquisas Avançadas em Turismo/ UFOP, no qual desenvolve projetos relacionados a abordagens sociais do fenômeno turístico. E-mail: [hpaula@cedufop.ufop.br](mailto:hpaula@cedufop.ufop.br)

No Brasil, a bibliografia de pesquisas que contemplem abordagens socioantropológicas envolvendo turismo e comunidades locais ainda se apresenta relativamente incipiente. O estudo de aspectos da relação entre os visitantes e as populações visitadas, bem como as conseqüências daqueles sobre estas apresentam-se, assim, essenciais para se aprofundar o conhecimento da realidade local, com vistas a subsidiar o adequado planejamento da atividade.

A partir dessas considerações, e tendo em vista o processo turístico em Conceição de Ibitipoca<sup>4</sup>, MG, o presente artigo discute a intervenção sociocultural do turismo a partir da análise de aspectos da organização social dessa comunidade, enfocando a chegada de novos atores sociais e a subsequente relação visitantes/visitados, analisados aqui sob a perspectiva comparada da figuração estabelecidos/outsiders presente na obra de Norbert Elias. Para tanto, são comparados dois momentos da dinâmica social local: antes e após a chegada dos primeiros turistas. A partir desse pressuposto é que são analisadas as mudanças que o turismo confere ao lugar, em termos comparativos.

### **Aspectos Metodológicos**

Pesquisa descritiva baseada em estudo de caso, a partir do qual propõe-se algumas teorizações. Com vistas a investigar as características e transformações no cotidiano de um grupo específico, lançou-se mão da história oral, no afã de se abordar qualitativamente os processos culturais e redes de sociabilidade que constituem o ente empírico analisado. Neste sentido, as circunstâncias em que foram produzidos os relatos submeteram-se à vigilância metodológica dos pesquisadores.

No que tange à amostragem, optou-se pela utilização das chamadas *amostras intencionais* – ou estratégicas – onde a representatividade dos grupos investigados é feita por critérios qualitativos. A coleta de dados consistiu, ainda, no levantamento bibliográfico e documental junto à prefeitura e à Câmara Municipal de Lima Duarte, ao IEF – Instituto Estadual de Florestas/MG, à Fundação João Pinheiro, e às demais instituições correspondentes. Publicações científicas, jornalísticas ou projetos desenvolvidos na área também foram consultados. Efetuou-se três pesquisas de campo entre janeiro e maio de 2005, definidas conforme o calendário turístico da localidade e de acordo com a disponibilidade de tempo dos pesquisadores. Os agentes entrevistados compreendem tanto os moradores do arraial de Ibitipoca quanto os proprietários de pequenas glebas produtivas existentes no trecho entre a vila e o parque. Ao todo, foram produzidas dez entrevistas, devidamente gravadas e transcritas. Em seguida, procedeu-se à categorização dos dados, os quais foram agrupados por

---

<sup>4</sup> O distrito de Conceição de Ibitipoca situa-se no município de Lima Duarte, sudeste mineiro. Sua delimitação territorial é definida, em grande parte, pelas bordas das escarpas da Serra de Ibitipoca.

temática. Logo após, iniciou-se a análise de conteúdo, culminando na produção do texto a partir da articulação entre o material empírico e o arcabouço teórico-metodológico.

### **Breve Histórico socioeconômico de Conceição de Ibitipoca**

A exuberância natural da Serra de Ibitipoca abriga a pequena vila de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, uma das povoações mais antigas de Minas. Situada ao sopé da montanha, a história do povoado remonta ao século XVII, quando da descoberta das primeiras lavras de ouro na região. Por se configurar numa das principais rotas de contrabando do precioso metal, ordens régias restringiram a abertura de caminhos que perpassavam na serra, resultando no relativo semi-isolamento geográfico e cultural ao qual sua população conviveu durante muitas décadas. Nesse contexto, os moradores do lugar cultivaram peculiares formas históricas de apropriação e uso dos recursos naturais da serra, baseadas em atividades de subsistência que perduraram até as últimas décadas do século XX.

Até o final dos anos 1980 havia poucas pessoas “de fora” residindo no arraial. A população constituía-se quase em sua totalidade dos “nativos” que ali estavam estabelecidos há quase três séculos, os quais tinham um sentido de pertencimento comum àquele lugar. Ao referir-se aos membros do grupo, os “nativos” se auto-identificam através de expressões como “nós do lugar”, “a gente nossa”, “nós localizados”, “nós nativos”, “o povo daqui” – os quais estavam inseridos em atividades econômicas de pequena escala que engendravam modos próprios de organização social, simbologias, mitos e ritos de sacralização do território. De acordo com relatos, havia em Ibitipoca, na década de 1970, formas de reprodução social e cultural ligadas a um tradicional sistema agrícola de base familiar:

Aqui vivia da produção deles. Tinha só a pequena produção: enxada, foice, o ordenado e lavoura. Plantava as horta na roça, colhia e comia.

(lavrador aposentado, 79)

Produzia o que a terra dava. Moía cana, fazia açúcar, nós tudo fazia açúcar. Milho, feijão, arroz, tudo plantava. Leite tirava leite também [...] Era umas casas assim, umas casas pequena de gente pobre, se vivia da terra né...então a gente era assim. Não tinha conforto, o conforto que hoje o povo tem de primeiro nós não teve.

(dona de casa aposentada, 65)

Assim, a órbita da vida social estava diretamente vinculada à agricultura, às relações familiares e de compadrio entre os membros da comunidade e do “bairro rural”.<sup>5</sup> O jongo –

---

<sup>5</sup>O termo “bairro” eventualmente aparece nas narrativas dos agentes como referência a determinada porção territorial rural à qual se sentiam pertencidos. Nesse sentido, Candido (2003,p.84) lembra que o conceito de bairro nas sociedades caipiras conotava certo “sentimento de localidade” entre os moradores cuja convivência era decorrente da necessidade de cooperação e da proximidade geográfica entre eles. O jongo, assim, aparece na Ibitipoca rural como fator social integralizador (BEDIM, 2005).

manifestação folclórica realizada durante o plantio – traduzia o sentido de cooperação existente entre os agricultores ibitipoquenses, que reuniam-se em mutirões para colaborar na lavoura dos vizinhos.

Contudo, a trajetória socioeconômica do distrito começa a se redesenhar a partir da criação do Parque Estadual do Ibitipoca em 1973, por iniciativa exterior à população local. A beleza cênica de suas paisagens aliada à riqueza histórico-cultural de seu território lhe conferem grande potencial turístico, que desde então atrai milhares de visitantes anualmente. Localizado a apenas 3 km do parque, o arraial de Ibitipoca catalisa grande parte do fluxo de turistas, apresentando-se como eixo principal de escoamento e suporte dos visitantes. Em épocas como carnaval e semana santa, a vila assiste à concentração de milhares de visitantes, intensificando os conflitos entre turistas e a população local.

### **O processo de intervenção sociocultural do turismo em Conceição de Ibitipoca**

Os primeiros turistas começaram a chegar a Ibitipoca no período que compreende o final dos anos 1960 e o início da década de 1970. Não obstante, os relatos orais indicam que os primeiros turistas que aportaram na região são descritos como “aventureiros”, “mochileiros”, “curiosos”, “turistas de barraca”, muitos dos quais seriam simpatizantes do movimento *hippie*. Intensificava-se, pois, o contato entre visitantes e visitados; um verdadeiro encontro entre culturas, valores e tradições diferenciados. Pelas entrevistas, os agentes deixam transparecer as diferentes sensações que flutuam entre a curiosidade, o medo e a cautela deste “contato etnográfico” – alguns “nativos” inclusive evitavam de sair às ruas, enquanto que outros se esquivavam dos turistas:

Escondia... Aí quer dizer que era um tipo de medo que o povo tinha mesmo né. E era o turista... Tinha medo e vergonha de até informar as coisa pra eles. [...] Porque nunca mexeu com aquele tipo de gente né, era só criado aqui no arraial, na roça, o povo fica meio acismado, não fica?

(ajudante de serviços gerais, 53)

A partir da divulgação, fomentada pelo IEF, das belezas naturais do parque na imprensa regional, o lugar começou a atrair a atenção de visitantes, bem como de jornais e revistas de diversas partes do país. Os primeiros turistas, assim, foram recebidos pela “hospitalidade típica” que os ibitipoquenses herdaram do contato com os antigos viajantes e mascates (BEDIM, 2005).

Visitantes e visitados; turistas e anfitriões: representantes legítimos do que Levi-Strauss (1976, p.55) denominara de “sociedades justapostas no espaço”: apesar de afastadas geograficamente e de cultivar suas peculiaridades históricas, representavam culturas contemporâneas entre si. Ao narrar o seu primeiro contato com um turista, um agente local expõe os motivos pelos quais se aproximou:

Ele [o turista] explicava o quê que era a vida, de tudo né, da vida ruim e boa da cidade pra mim: o quê que era a droga, tudo... É bom, você tem que ter amizade com uma pessoa assim pra saber a vida lá fora né. Que aí o cara tendo amizade com cê ele te informa tudo quê que é a vida; cê sabe depois explicar...

(“nativo”, ajudante de serviços gerais, 52)

Mineiramente desconfiados, os “nativos” afirmam que a princípio viam o turismo com bons olhos, muito embora não abrissem mão de sua “cautela histórica” ao receber os visitantes. Gradativamente, os moradores locais se inseriam nas novas ocupações proporcionadas pela atividade turística; de início, as mulheres ganhavam uma nova função: “pensionistas”, as quais serviam refeições aos turistas. Essas transformações na estrutura de trabalho através da inserção de ocupações não-agrícolas engendraram uma série de mudanças na dinâmica social local. O cotidiano, aos poucos, parece se distanciar daquele modo de vida marcado pelas relações intensas com os recursos naturais e estratégias de uso destes. De calendário agrícola ao calendário turístico: se antes os lavradores guiavam suas ações pela observação das estações do ano<sup>6</sup> e das fases da lua, agora é o “calendário turístico” que conduz o tempo de trabalho. Um simples feriado municipal de cidades como Rio de Janeiro ou Juiz de Fora pode ser suficiente para levar milhares de turistas a visitarem a serra. Além do mais, outrora a observância das condições climáticas indicava a época mais propícia ao plantio ou à colheita, de acordo com a alternância entre períodos chuvosos ou “secos.” Com o turismo, porém, a chuva é até mesmo preterida pelos ibitipoquenses, uma vez que o barro costuma interditar a principal via de acesso dos turistas à serra – uma estrada de chão em precário estado de conservação.

Os turistas trazem consigo na bagagem o capital oriundo dos grandes centros urbanos<sup>7</sup>, o qual provoca efeito multiplicador na economia local. Assim, o tempo de trabalho da comunidade passa a ser ditado por fatores externos, criando uma relação de maior dependência para com a economia urbana – uma vez que os turistas provenientes das cidades precisam visitar e consumir o espaço rural.

A partir de 1987 – quando da inauguração, no parque, dos equipamentos e instalações para receber os visitantes – ocorre a intensificação do turismo na Serra, marcando o primeiro “boom” da

---

<sup>6</sup> As estações do ano, neste contexto, remetem à observância da época mais propícia ao plantio ou à colheita, de acordo com alternância entre períodos chuvosos ou “secos.”

<sup>7</sup> Pesquisas da Fundação João Pinheiro (2000) indicam que cerca de 44,6% dos turistas de Conceição de Ibitipoca são provenientes de capitais brasileiras, enquanto que apenas 2,8% são originários de outras zonas rurais.

visitação ao parque. Em relação ao número de visitantes, ente 1988 e 1995 registrou-se um aumento exponencial, chegando a receber cerca de 40 mil turistas/ano. Por volta de 1995 o turismo vislumbrava, pois, o seu “auge”. Contudo, a situação estava fora de controle: barracas por todos os lados, acúmulo de lixo, falta d’água, barulho, drogas, brigas, tumultos. Neste contexto do “caos”, a população local acenou reativamente<sup>8</sup>: em 1993 é criada a AMAI – Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca, que já em 1994 se mobiliza em torno de uma campanha de *slogan* “Salve o Arraial”, cujo objetivo principal era a melhoria da qualidade de vida no distrito face aos danos causados pelo turismo. Segundo o jornal Zona da Mata (1994), de pronto a AMAI reivindicou a proibição de acampamento nas ruas de Conceição, bem como adotou medidas de segurança que resguardassem a população local durante os feriados. O mesmo periódico descreve a situação:

Principalmente após os feriados prolongados, quando a população do arraial chega a dobrar, qualquer um pode ver lixo aos montes, bem no meio das ruas, e ainda fezes e o cheiro da urina que ficava no ar, principalmente quando era permitido acampar em qualquer lugar do arraial. (ibid.)

Juntamente com o aumento da visitação, intensificaram-se os conflitos entre turistas e a população local, assim como os efeitos daqueles sobre esta. Conforme Cooper et al (2001, p.213), os fatores socioculturais influenciáveis pelo turismo geralmente são os mais difíceis de se quantificar e medir, sendo “altamente qualitativos e subjetivos por natureza”. Para Lickorish e Jenkins (2000), uma das maiores dificuldades na identificação desses impactos se deve ao fato de eles demorarem um certo tempo para emergir. Segundo estes autores, o impacto do turismo em uma comunidade se relacionam ao volume de turistas que a visitam e à dispersão sazonal dos mesmos. Em Ibitipoca, a sazonalidade da demanda turística é um fator bastante influente, uma vez que os picos de visitação se concentram nos feriados prolongados como carnaval, semana santa, e *revéillon*. Contudo, a análise do fenômeno turístico em Conceição de Ibitipoca não deve considerar apenas o turista enquanto fator influente no processo, mesmo porque a estada do mesmo no arraial se dá por pouco tempo. Não obstante, observa-se que a partir do primeiro “boom” do turismo na serra – meados de 1980 – não foi somente o número de visitantes que aumentou. Juntamente com os turistas, a região passou a atrair pessoas das mais variadas partes do país, que fixaram residência no arraial com os mais diversos propósitos: alguns vieram em busca de qualidade de vida; outros, porém, chegaram com a intenção de explorar

---

<sup>8</sup> Em abril de 1991 a revista *Prática Hospitalar* descreve que na época havia uma placa na entrada do arraial com o seguinte aviso: “Você está chegando em Conceição de Ibitipoca. Comunidade com quase 300 anos. Respeite nossas tradições e costumes...”

economicamente o turismo. A esses novos ibitipoquenses, atribuiu-se o nome de “forasteiros”, os quais os quais chegaram para compor o sistema social local com a característica de serem “os de fora”. Neste sentido, Rodrigues (2001,p.67) os designa como aqueles moradores “recém-chegados, vindos de outras cidades e que possuem residência fixa no arraial”, incluindo os “antigos turistas, comerciantes e artesãos que chegaram ao local estimulados, principalmente, pela atividade turística”. A autora divide os “de fora” em dois subgrupos: turistas e “forasteiros”; entre “os de fora” incluem-se outras subcategorias, cujos critérios de distinção não são tão simplificados como eventualmente o pareçam.

Os que possuem casas de veraneio no lugar e não mantêm vínculos profissionais com o turismo, geralmente são bem quistos pelos “nativos”, assim como os turistas cuja estada no arraial é curta. Há sinais de que haja uma sobreposição da esfera econômica na definição de tais subgrupos entre os moradores, uma vez que os turistas-veranistas além de não competirem com “os do lugar”, ainda são fontes de emprego e renda para os mesmos, o que nem sempre ocorre com o “forasteiro empreendedor”. Eis uma visão “nativa” sobre os que possuem residência secundária no arraial:

Ah... eu, pra mim, eu acho que foi bom também. Porque se eles tem as casa aí eles pode dar serviço pras mulher aqui do arraial: uma toma conta, outra faz limpeza né. Então quer dizer que eles dá ganho pro pessoal do lugar. Quer dizer que eles trouxe boa coisa também né.

(ajudante de serviços gerais, 52)

No entanto, a chegada desses novos atores sociais engendrou uma série de conflitos e descontentamentos por parte da população nativa que ali estava estabelecida, a qual manifestara insatisfação e sentimentos de rejeição para com os novos moradores e turistas. À medida que o arraial “inchava” em virtude dessa “migração”, aumentava o sentimento de rejeição dos “nativos” para com os “recém-chegados”. Tal impasse culminou no *Movimento Fora Forasteiro*, ocorrido em 1995, cujo estopim teria sido uma reportagem publicada numa revista de âmbito nacional<sup>9</sup>, na qual alguns “nativos” se sentiram ofendidos em virtude das declarações dadas por alguns “forasteiros” :

Em 1995 a revista Manchete publica uma reportagem que causou muita repercussão na vila, ofendendo inclusive alguns moradores. Em represália a todos aqueles que

<sup>9</sup> A referida reportagem foi publicada na Revista Manchete de 22/07/1995, a qual tinha o seguinte subtítulo dedicado aos *recém-chegados*: “Os forasteiros desvendam os mistérios e as belezas do arraial”. Entretanto, no único exemplar que conseguimos pesquisar, a página das declarações polêmicas estava danificada. Mas alguns trechos ainda estão legíveis, inclusive o que descreve os forasteiros: “Com ambições e profissões diferentes, todos têm em comum a paixão pela vida tranqüila na serra e a disposição para investir energia e dinheiro naquele pequeno lugar”. Um outro parágrafo deixa transparecer o por que a reportagem causou tanto rebuliço: “... na vila de Ibitipoca, todo mundo sabe de tudo. As novidades se espalham numa velocidade de fazer inveja a qualquer auto-estrada cibernética. Fala-se da vida do outro por falar, por falta de assunto melhor”. (REVISTA MANCHETE, 1995)

vieram de fora – isso foi uma coisa louca – por exemplo eles jogaram pedra na casa desses turistas que tinham vindo pra cá, em todos os postes estava escrito assim “FORA FORASTEIRO”, furaram pneu de jipe... Todas as casas, todas as pessoas que estavam aqui mas que vieram de fora sofreram represália... [...] E foi uma coisa assustadora na época, eu tinha acabado de mudar pra cá. [...] Eles não queriam essas pessoas aqui, eles estavam se sentido invadidos, eles estavam sentido que estavam vindo cada vez mais pessoas e isso é natural de qualquer lugar.

(proprietária de pousada, há 11 anos reside no arraial, 42)

Tal manifesto parece ter sido apenas “a ponta do iceberg” de uma tensão social que há anos se desenhara, talvez porque os “forasteiros” se apresentavam como os principais investidores locais, e estariam obtendo assim os maiores lucros provenientes da atividade turística. Nas palavras de Rodrigues (op.cit., p.68), “os novos moradores do arraial se dedicaram exclusivamente às atividades de serviço ligadas ao turismo.” De acordo com suas pesquisas, em 2000 cerca de 55,3% dos estabelecimentos comerciais e turísticos do arraial pertenciam aos nativos, enquanto que 44,7% eram de propriedade dos moradores “de fora”. Contudo, as observações de campo apontam que esses diferentes agentes possuiriam diferentes condições de investimento, sendo os “forasteiros” os detentores dos maiores e melhores meios de hospedagem e restaurantes, concentrando assim a supremacia do capital canalizado da atividade turística.

Assim, o turismo e os “forasteiros” inserem uma lógica social externa aos “nativos”, intimamente vinculada a questões econômicas de custo-benefício. Antes da introdução desses novos atores naquele “microcosmo”, porém, os “nativos” relatam haver condições de “paz”, “sossego” e “tranqüilidade” entre eles, projetando nos “de fora” a culpa pelos principais problemas sociais identificados atualmente, bem como a introdução do espírito competitivo entre os membros da comunidade:

Antigamente a gente não tinha quase problema nenhum não né, porque era só a gente do lugar, bem dizer. Com o turismo é que foram surgindo esses problemas. [...] As pessoas se ajudavam um ao outro, era unidos. Hoje cada qual quer ver o outro cair num buraco. Você tá caindo e as pessoa não tem coragem de puxar pra trás, ainda acaba de empurrar.

(*Nativa e pensionista, ex-cozinheira de pousada, 60*)

Neste sentido, Krippendorf (2003, p.18) assinala que os habitantes das regiões visitadas, em determinado momento sentem um certo rancor<sup>10</sup> em relação aos efeitos negativos do êxodo provocado

<sup>10</sup> Vieira (1988) registra que uma “nativa” utiliza a seguinte expressão para manifestar o sentimento de invasão que acometia a população local: “A gente se sente hóspede do lugar”.



pelo turismo: “Essas populações têm, cada vez mais, a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas”.

Conflitos que envolvem relações de poder análogas são observados nos estudos de Elias (2000), onde analisa-se as relações de desigualdade social e diferença a partir das relações sociais entre os *estabelecidos* e os *outsiders* numa pequena comunidade industrial inglesa. Assim como os “forasteiros” de Ibitipoca, os *outsiders* são os estrangeiros que não partilham os valores e o modo de vida vigentes na comunidade dantes *estabelecida* – no caso, os “nativos”. Na condição de *estabelecidos*, os “nativos” fundariam seu poder a partir do *princípio de antigüidade*, lançando mão do maior tempo de residência no lugar enquanto fator distintivo em relação aos “outros recém-chegados”:

... mas eu estou localizado, e ele [o forasteiro] evém né. (lavrador aposentado, 79)

Mas ele [o forasteiro] não é daqui. Ele está aqui mas ele não é daqui, ele é de fora. [...] Aqui é que são as minhas raízes [...] A minha mãe é daqui [...] foi nascida aqui, criada aqui, está enterrada aqui, a mãe dela, os irmãos dela estão todos aqui. Então minha raiz é aqui. O meu lugar é aqui.

(produtor rural aposentado e dono de um camping, 73)

Ademais, os “nativos” se auto-identificam como um grupo bastante peculiar, cujos critérios de “superioridade” em relação aos demais vinculam-se ao que Elias denomina *carisma grupal distintivo*, em detrimento dos aspectos culturais dos “forasteiros”:

Eles [forasteiros] não conveve junto diariamente... Nós os nativo não, todo dia tá junto ali né, todo dia. Então tem um tipo de confiança a mais né. [...]Então o turismo veio, veio todo tipo de gente: veio o bom, veio o ruim, veio o maconheiro. O jeito de conversar [do forasteiro], o jeito de lidar né com as pessoa deles são diferente. [...] Sempre os forasteiro é desunido nessa parte né... que eles não tá costumado c’aquele ambiente né. [...] Os nativo não, aí já é diferente né.

(ajudante de serviços gerais, 52)

Elias (op.cit., p.22) observa ainda que tais grupos em disputa pelo poder local costumam lançar mão da *estigmatização social* do grupo oposto como estratégia de hierarquização social a nível local, atribuindo-lhes rótulos e estereótipos que impregnem a condição de “inferioridade humana”. Neste sentido, os “nativos” não raro associam os “de fora” como vetores do consumo de drogas no arraial, principalmente a maconha:

O forasteiro veio morar aqui... os que vem é pra mexer com maconha, vender droga né, é esses que vem [morar]. Aqueles que tem o seu bom emprego, que não mexe nessas

área não: vem fim de semana, fica na casa deles, não prejudica ninguém, dá serviço pro pessoal do lugar aqui né. Tem até a minha esposa aqui, igual: “Ah, você pode mandar sua esposa ir lá fazer uma faxina na minha casa né...” – esses são os bão. E tem os ruim né, que sai aí desses canto aí pra vender droga né – não vou citar quem né – mas tem os forasteiro que prejudica o local nosso aqui.

(ajudante de serviços gerais, 52)

Com o intenso fluxo de turistas e o aumento do número de moradores “recém-chegados”, problemas diversos atingiram direta ou indiretamente a comunidade, como coleta de lixo, transporte coletivo, falta d’água, excesso de barulho, segurança, etc. Nesta perspectiva, os “localizados” responsabilizam os “forasteiros” e turistas pelos eventuais furtos ocorridos no distrito, atribuindo-lhes também a culpa pelo surgimento de doenças infecto-contagiosas. Por sua vez, os que vieram “de fora” não aceitam ser chamados de “forasteiros” devido ao teor pejorativo do termo, e consideram-se mais instruídos que os “nativos”:

Eu não me acho uma forasteira. Eu me acho muito mais nativa do que muitos nativos daqui. Somos de fato forasteiros, mas aí muitas vezes essa palavra é usada de uma maneira pejorativa. [...] Infelizmente eu acho que quem vem de fora tem muito mais noção do valor desse lugar do que as próprias pessoas que moram aqui, porque pra eles isso é meio normal.

(dona de pousada, 42)

Mas há também critérios de distinção interna entre os “forasteiros”. Ao chegarem na comunidade, os que vêm “de fora” são estranhos tanto para os “nativos” quanto para os demais “forasteiros” que ali já estavam; essa condição de duplamente *estrangeiros* dificultaria a organização social dos “recém-chegados”. Possuindo origens diferentes, os “forasteiros” não apresentam coesão enquanto grupo, tampouco compartilham traços identitários em comum – o que intensifica a tensão *forasteiro X forasteiro*: não raro, uns são acusados por outros de ter propósitos puramente economicistas, cujo objetivo maior ao se mudarem para Ibitipoca seria unicamente enriquecer. Esse tipo de “forasteiro” é identificado como pessoa *non grata* pelos demais, que por sua vez dizem buscar qualidade de vida em primeiro lugar.

Além do mais, deve-se ressaltar que apesar de os “forasteiros” portarem um padrão de vida aparentemente superior à norma local, eles estão sujeitos às mesmas condições de afastamento geográfico que se aplica ao mais simples dos “nativos”. Para morar em Ibitipoca, tiveram que abrir mão de certas facilidades propiciadas pelos locais de origem. E as restrições não são poucas: assistência médica inadequada, falta de alternativas educacionais, economia dependente das circunstâncias externas, intemperismos políticos do IEF, falta de policiamento, etc. Tais constatações

reforçam a idéia de que as relações de poder em Ibitipoca não são unicamente pautadas em critérios econômicos, mas sim numa vasta gama de fatores como naturalidade, tempo de residência no lugar, identificação e objetivos para com Ibitipoca, entre outros. Sendo assim, relativiza-se o discurso de que as diferenças econômicas, o *status* a nível internacional ou os avanços tecnológicos dos visitantes tornam a relação entre visitante e visitado assimétrica, conforme proposto por Barretto (2004, p.136).

Outro fator relevante é que, via de regra, os “nativos” pré-julgam o comportamento do turista de acordo com a procedência deste: os de Juiz de Fora, por exemplo, são rotulados de “farofeiros”, “baderneiros”. Nos turistas de Lima Duarte, a população local lhes projeta a rivalidade histórica que permeia as duas localidades. Os paulistas e os belorizontinos, por sua vez, são bem quistos. Por trás destes estigmas, no entanto, possivelmente se escondem interesses mercadológicos. Algumas hipóteses: os turistas provenientes de cidades vizinhas como Juiz de Fora e Lima Duarte comparecem em maior número, geralmente gastam menos, trazem comida de casa, usufruem do mesmo transporte coletivo da população local e não necessariamente pernoitam em Conceição de Ibitipoca. Os turistas que vêm de centros mais distantes, por deslocarem-se em distâncias maiores e com automóvel próprio, além de pernoitarem na serra ainda possuiriam maior poder aquisitivo.

Contudo, o “fenômeno forasteiro” não é nenhuma exclusividade de Ibitipoca. Ao conceber o espaço enquanto uma das condições da sociedade, Simmel (1983, p.182) delinea uma discussão teórica sobre *o estrangeiro*, na condição de pessoa que “chega hoje e amanhã fica”, enfatizando as “forças psicológicas” ou “espirituais” que aproximam, unem ou separam os indivíduos e os grupos. Nesta perspectiva, os “forasteiros” de Ibitipoca representam uma forma específica de interação para com o grupo *estabelecido*, flutuando no viés de serem membros deste grupo ao mesmo tempo que “estão fora dele e o confrontam” :

Eles [os de fora] talvez tenha mais confiança em mim do que eu neles... Porque eles também é estranho de tudo. Eu também sou estranho pra ele, mas eu estou localizado, e ele evém né. O sujeito tem um mucado [bocado] de cisma daquele que vem. Cisma. Medo. É, uai [...] Eu ainda tenho muita cisma.

(lavrador aposentado, 79)

Ainda segundo Simmel, a posição do *estrangeiro* no grupo “é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo” (ibid.). Neste sentido, as observações empíricas lançam evidências de que os “nativos” de Ibitipoca incorporaram hábitos de consumo e

comportamento dos turistas e dos ‘forasteiros’ residentes, o que teria provocado mudanças de valores e condutas morais dos “nativos”. De acordo com Levi-Strauss (1976b, p.57) muitos costumes nascem “apenas da vontade de não permanecer atrasados em relação a um grupo vizinho”. Em contrapartida, o mesmo autor ressalta que o efeito inverso pode ocorrer, reativamente, quando a proximidade entre grupos com características culturais distintas pode neles despertar o “desejo de oposição, de se distinguirem, de serem eles próprios” (ibid.).

Todavia, Simmel sinaliza que as relações de proximidade e distância que envolvem a relação entre o *estrangeiro* e os membros de determinado grupo é permeada pela acentuação do “de fora” enquanto elemento “não-comum”, posição essa que é definida simplesmente pela *condição de origem*. E acrescenta: “os estrangeiros não são realmente concebidos como indivíduos, mas como estranhos de um tipo particular: o elemento de distância não é menos geral em relação a eles que o elemento de proximidade” (SIMMEL, op.cit., p.187). Tal pressuposto talvez seja a base, por exemplo, do fato de os “nativos” distribuírem os lotes da igreja gratuitamente entre si, ao passo que os “forasteiros” devem pagar aos cofres da paróquia valores que os próprios “nativos” estipulam. Tais critérios de distinção social a partir da naturalidade dos atores são igualmente transpostos para o controle da portaria do Parque do Ibitipoca, já que os porteiros, todos “nativos”, lançam mão da *condição de origem* dos “forasteiros” para justificar que os mesmos devem pagar ingresso para entrar<sup>11</sup>, uma vez que, apesar de residirem no lugar, “eles não são de lá”. Dessa forma, ao contrário do que Elias (2000) verificou em Winston Parva<sup>12</sup>, o tempo de residência no lugar não seria o principal fator distintivo de tais grupos no contexto social ibitipoquense. Os vínculos territoriais históricos que mediaram a relação dos “nativos” para com a Serra de Ibitipoca ao longo dos séculos talvez impliquem em laços identitários profundos a ponto de forçar à sobreposição do fator *naturalidade*<sup>13</sup> em relação aos demais. Na visão de Silva (2004, p.24) “o lugar define o pertencimento social, o enraizamento em um determinado território.” Assim, o

---

<sup>11</sup> A portaria nº 36, de 03 de março de 2003 estabelece normas de visitação das dependências do Parque Estadual do Ibitipoca e institui que os residentes da vila, desde que apresentem comprovante de associados a entidades não governamentais, sem fins lucrativos, existentes e atuantes no entorno do parque, terão isenção da taxa de ingresso, a qual é limitada aos dias úteis, de segunda a quinta-feira (IEF, 2003). Entretanto, alguns “forasteiros” que residem no arraial reclamam que os critérios de naturalidade ainda são utilizados para definir a isenção da taxa de ingresso no parque, uma vez que os funcionários da portaria do parque são todos “nativos”.

<sup>12</sup> Winston Parva é o nome fictício da pequena cidade do interior da Inglaterra onde Norbert Elias (2000) desenvolveu seus estudos sobre a relação *estabelecidos e outsiders*, publicado pela primeira vez em 1965.

<sup>13</sup> Acrescentar-se-á a tais fatores as relações interparentais favorecidas pela prática da endogamia.

território não concerne somente ao espaço físico, geográfico, “mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existente” (ibid.).

No mais o convívio, na pequena Conceição de Ibitipoca, de pessoas de variadas origens geográfico-culturais<sup>14</sup> conferem ao lugar a característica de concentrar num pequeno espaço raízes culturais distintas, como se fosse um “mosaico cultural”. Tal diversidade contribuiria para colocar em relevo problemas estruturais e conflitos vividos entre “nativos” e “forasteiros”. Dessa forma, as rupturas com padrões culturais tradicionais historicamente estabelecidos sugerem que a interação entre esses diferentes grupos engendre um processo de construção de novas identidades sociais no espaço rural. Assim como os “de dentro”, os “de fora” recriam seus próprios vínculos com o lugar. Daquela paisagem social já fazem parte; inclusive nela deixam suas marcas, seja nas formas arquitetônicas, seja nas novas nomenclaturas atribuídas aos atrativos naturais<sup>15</sup>. Assim, paulatinamente, os “forasteiros” deixam de ser *estrangeiros no lugar* e se tornam *estrangeiros do lugar*.

### **Considerações finais**

Compreender esses processos socioculturais engendrados pelo turismo em uma comunidade receptora equivale a reconhecê-lo como fenômeno humano, fenômeno de cultura, fenômeno com espírito social, cujo viés econômico não necessariamente prevalece sobre os demais. Entretanto, as transformações observadas em Ibitipoca não podem ser atribuídas exclusivamente ao turismo, já que as tendências globalizantes da contemporaneidade são capazes de alterar substancialmente a natureza da vida social cotidiana. Novelas e seus modismos ditando novas regras, estilos em voga, linguagens, músicas, padrões de beleza – tudo isso desperta na população local novas necessidades, cria novos valores. O turismo, contudo, contribui para acelerar este processo, gerando no “nativo” um paradoxo identitário entre a sua cultura de origem e uma nova cultura urbana e globalizante que se apresenta, cuja instância mediadora é atribuída ao turista, ao “de fora”.

A inserção de ocupações não-agrícolas ligadas à prestação de serviços em turismo gradativamente reestruturam a esfera produtiva local, sem no entanto extinguir antigos significados da sociodinâmica agrícola de outrora. A família continua a desempenhar importante função

---

<sup>14</sup> Nos estudos de campo observou-se que os forasteiros são provenientes das mais variadas regiões e estados brasileiros como RS, ES, PE, RJ, MG, SP, DF e BA, bem como de diversas cidades do interior de Minas. Há ainda, algumas pessoas de outras nacionalidades residindo no arraial: italianos, franceses e uma “colônia” de belgas que há 6 anos mantém moradia na serra.

<sup>15</sup> *Grutas dos Gnomos, Cachoeiras das Fadas, Tibum e Janela do Céu* são apenas alguns dos nomes que “os de fora” atribuíram aos atrativos naturais do Parque Estadual do Ibitipoca.

socioeconômica, e as antigas relações de parentesco e compadrio são utilizadas como referência no recrutamento da força de trabalho empregada no turismo. As representações geradas no período anterior ainda encontram-se impregnadas de significado, e parecem reviver na memória daqueles que as conheceram: a lavoura e o jongo – por exemplo – ainda congregam atual valor simbólico.

A partir de sua própria plasticidade, a população local se ajusta ao novo contexto, assimilando elementos culturais externos sem necessariamente perder seus aspectos culturais básicos. Isso não implica em dizer que o turismo foi ruim ou bom para eles. As mudanças são características das sociedades humanas, o que dispensa eventuais vitimizações. Contudo, a diferenciação ocorrida na estrutura ocupacional da comunidade e a chegada de novos atores sociais àquele “microcosmo” alteraram significativamente alguns aspectos de sua organização social, introduzindo uma nova ordem competitiva e diversificando as estratégias de reprodução social da população local. Por conseguinte, emergem as tensões e polarizações entre forasteiros e nativos, que por sua vez expressam antagonismos intergrupais a nível local, conseqüência dessas contínuas mudanças estruturais ora descritas, já que ambos os grupos disputam para seus membros as posições de poder mais elevado, as quais nem sempre são pautadas em critérios econômicos.

Conceição de Ibitipoca reproduz, assim, o futuro provável de outras pequenas comunidades brasileiras submetidas a processos de intervenção social semelhantes. Se devidamente planejadas, tais alterações podem ser atenuadas, com vistas à sustentabilidade do processo – desde que tais ações sejam pautadas na realidade da comunidade receptora.

Nesta perspectiva, o turismo não deve ser concebido apenas como atividade econômica ou mero fenômeno social, e sim como um complexo processo de intervenção capaz de alterar a estrutura social das comunidades receptoras. A partir do momento que tais mecanismos de intervenção são conhecidos, podemos ampliar o entendimento sobre os fenômenos socioculturais e sobre as sociedades que o produzem, aumentando o nosso poder de atuar sobre a realidade social através do planejamento turístico, analisando-o, compreendendo-o e transformando-o no sentido da sua humanização.

Ademais, acreditamos que o fenômeno turístico e seus desdobramentos se materializam enquanto práticas sociais na própria ação dos atores que neles estão inseridos. Nossos estudos já têm indicado os grandes temas a serem pesquisados e esclarecidos, em certa medida, as estruturas, muitas vezes socialmente injustas, nas quais se inserem os agentes sociais com os quais lidamos no turismo. Porém, nossos esforços de investigação ainda não foram capazes de captar e entender, de forma mais

aprofundada, como o indivíduo vivenciou essas estruturas, conformando-se e resistindo a elas, expressando suas visões de mundo, suas aspirações e estratégias, estabelecendo suas redes de solidariedade e construindo novas alternativas de organização da vida social.

### **Referências Bibliográficas**

BEDIM, Bruno P. *Turismo e Mudanças Socioculturais em Conceição de Ibitipoca*. 2005. 99f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Departamento de Turismo – UFOP, Ouro Preto.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10.ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

CASTRO, L. *Parque de Ibitipoca recebe 17 mil visitantes*. Jornal Zona da Mata. [S.l.], 20 fev. 1994.

COOPER, C. et al. *Turismo, princípios e prática*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DELGADO, A. M. *Memória histórica sobre a cidade de Lima Duarte e seu município*. Juiz de Fora: Edição do autor, 1962. 340 p.

DIÁRIO MERCANTIL. *Abandono empobrece a Serra*. Juiz de Fora, 12 dez. 1971.

ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*/ Norbert Elias e John L. Scotson; trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. *Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo*. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2003.

LEVI-STRAUSS, C. *Raça e história*. In: *Levi-Strauss: Os Pensadores*. Trad. Inácia Canelas. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Os Pensadores).

LICKORISH, L.; JENKINS, C. L. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RESENDE, T. C. C. *Dinâmica do contato dialetal: estudo sociolinguístico em Conceição de Ibitipoca*. Tese de Doutorado em Linguística (Resultados Preliminares) – UFRJ, 2005.

REVISTA MANCHETE. *Ibitipoca: com o boom do turismo, o arraial se adapta a uma nova vida*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1995.

RODRIGUES, C. G. *O turismo e a reconstrução do espaço rural: o caso do arraial de Conceição do Ibitipoca(MG)*. 2001.Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – UFRRJ.

SILVA, M.A. M. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TRIBUNA DE LIMA DUARTE. *Serra de Ibitipoca, um paraíso perdido*. Lima Duarte, 22 mar. 2004.

SIMMEL, G. “O estrangeiro”. Tradução de Carlos Pavanelli et al. In: MORAES FILHO, E. (org). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.182-88. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

VIEIRA, M. E. G. *Ibitipoca: um caldeirão efervescente*. Juiz de Fora: UFJF, 1988. (Trabalho de Bacharelado, Departamento de Ciências Sociais/ UFJF).